

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA PSICOLOGIA: ARTICULAÇÕES ENTRE FILOSOFIA, CIÊNCIA E SUBJETIVIDADE

HISTORICAL AND EPISTEMOLOGICAL FOUNDATIONS OF PSYCHOLOGY:
CONNECTIONS BETWEEN PHILOSOPHY, SCIENCE, AND SUBJECTIVITY

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS Y EPISTEMOLÓGICOS DE LA PSICOLOGÍA:
ARTICULACIONES ENTRE FILOSOFÍA, CIENCIA Y SUBJETIVIDAD

Antônio Zenon Antunes Teixeira¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os fundamentos históricos e epistemológicos da Psicologia, destacando como diferentes períodos do pensamento ocidental contribuíram para a constituição da disciplina e para a formação do conceito de subjetividade. A investigação parte da Filosofia Grega, na qual surgem os primeiros questionamentos sobre alma, razão, virtude e autoconhecimento, e avança pela Idade Média, quando essas questões são reinterpretadas à luz da relação entre fé e razão. Em seguida, discute-se a modernidade, marcada pelo racionalismo, empirismo e pelo surgimento do método científico, cuja consolidação no século XIX possibilitou o estabelecimento da Psicologia enquanto ciência autônoma. A partir de então, são analisadas as contribuições de Wundt e James para a formação dos primeiros paradigmas científicos da Psicologia. O trabalho também examina diferentes concepções de subjetividade, incluindo a psicanálise, a perspectiva histórico-cultural e algumas abordagens contemporâneas, evidenciando a pluralidade teórico-metodológica que caracteriza o campo. Conclui-se ressaltando que a Psicologia é uma ciência marcada por disputas epistemológicas, tensões entre objetividade e subjetividade e múltiplas tradições explicativas, cuja compreensão histórica é essencial para a formação crítica e para o avanço teórico da área.

8287

Palavras-chave: Psicologia. Epistemologia. História da Psicologia. Subjetividade. Filosofia.

ABSTRACT: This article aims to analyze the historical and epistemological foundations of Psychology, highlighting how different periods of Western thought contributed to the constitution of the discipline and to the development of the concept of subjectivity. The investigation begins with Greek Philosophy, where the earliest inquiries into the soul, reason, virtue, and self-knowledge emerged, and advances through the Middle Ages, when these issues were reinterpreted in light of the relationship between faith and reason. The study then examines modernity, marked by rationalism, empiricism, and the rise of the scientific method, whose consolidation in the nineteenth century enabled the establishment of Psychology as an autonomous science. Subsequently, the contributions of Wundt and James to the formation of the first scientific paradigms of Psychology are analyzed. The article also explores different conceptions of subjectivity, including psychoanalysis, the historical-cultural perspective, and several contemporary approaches, demonstrating the theoretical and methodological plurality that characterizes the field. It concludes by emphasizing that Psychology is a science shaped by epistemological disputes, tensions between objectivity and subjectivity, and multiple explanatory traditions, whose historical understanding is essential for critical training and theoretical advancement in the area.

Keywords: Psychology. Epistemology. History of Psychology. Subjectivity. Philosophy.

¹ Doutor em Ciências. Universidade Federal do Paraná.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar los fundamentos históricos y epistemológicos de la Psicología, destacando cómo diferentes períodos del pensamiento occidental contribuyeron a la constitución de la disciplina y a la formación del concepto de subjetividad. La investigación parte de la Filosofía Griega, donde surgieron los primeros cuestionamientos sobre el alma, la razón, la virtud y el autoconocimiento, y avanza por la Edad Media, cuando estas cuestiones fueron reinterpretadas a la luz de la relación entre fe y razón. Posteriormente, se analiza la modernidad, marcada por el racionalismo, el empirismo y el surgimiento del método científico, cuya consolidación en el siglo XIX permitió el establecimiento de la Psicología como una ciencia autónoma. A continuación, se examinan las contribuciones de Wundt y James a la formación de los primeros paradigmas científicos de la Psicología. El trabajo también analiza diferentes concepciones de subjetividad, incluyendo el psicoanálisis, la perspectiva histórico-cultural y varios enfoques contemporáneos, evidenciando la pluralidad teórico-metodológica que caracteriza al campo. Se concluye señalando que la Psicología es una ciencia marcada por disputas epistemológicas, tensiones entre objetividad y subjetividad y múltiples tradiciones explicativas, cuyo entendimiento histórico es esencial para la formación crítica y el avance teórico del área.

Palabras clave: Psicología. Epistemología. Historia de la Psicología. Subjetividad. Filosofía.

I. INTRODUÇÃO

A Psicologia, enquanto campo de conhecimento, revela-se como uma disciplina histórica e epistemologicamente construída, cuja definição de objeto e método foi gradualmente negociada ao longo dos séculos. Embora a institucionalização da Psicologia científica seja comumente situada no final do século XIX, suas raízes teóricas e problemáticas atravessam o pensamento filosófico ocidental, as transformações sociais e o advento da ciência moderna. Retomar esses fundamentos significa, portanto, mapear as conexões entre perguntas antigas sobre o homem e procedimentos contemporâneos de investigação científica (Schultz & Schultz, 2019). A investigação das origens da Psicologia requer atenção tanto às continuidades quanto às rupturas. De um lado, persistem temas centrais — alma, consciência, desejo, virtude — que a filosofia clássica colocou em foco; de outro, emergiram novos paradigmas metodológicos e epistemológicos que redefiniram o estatuto do conhecimento sobre a mente. Essa tensão entre herança filosófica e exigência científica compõe o pano de fundo deste artigo teórico (Wundt, 1999).

Ao empreender uma leitura histórica-epistemológica, é necessário reconhecer que o desenvolvimento da Psicologia não foi linear nem unívoco. Diferentes tradições, escolas e contextos socioculturais produziram formas diversas de pensar o sujeito e suas manifestações. Assim, mais do que buscar uma narrativa teleológica, este trabalho propõe uma análise das articulações e dos conflitos que marcaram a constituição do campo. A filosofia grega ocupa um lugar fundamental nessa genealogia: questões suscitadas por Heráclito, Sócrates, Platão e

Aristóteles traçam um horizonte de problemas que a Psicologia retomará com outras ferramentas. A reflexão sobre o fluxo, a razão, o diálogo socrático, o dualismo e a virtude deixaram marcas conceituais que perduram nas formas como se entende a mente, a moralidade e a ação humana (Schultz & Schultz, 2019).

No espaço medieval, a articulação entre fé e razão reformulou antigas preocupações ao inserir nelas uma dimensão teológica. Agostinho e Tomás de Aquino reinterpretaram o sujeito para além de uma pura instância racional, enfatizando a interioridade, a vontade e a relação com o transcendente. Esse entrelaçamento entre espiritualidade e racionalidade também contribuiu para as problemáticas psicológicas posteriores. A passagem para a modernidade, marcada por Bacon, Descartes e outros, inaugura a tentativa de sistematizar o método do conhecimento e de garantir a validade do saber por meio de procedimentos verificáveis. O surgimento do racionalismo e do empirismo institui pressupostos metodológicos que exercerão forte influência sobre a pretensão de cientificidade da Psicologia (Reale & Antiseri, 2005).

No século XIX, com a consolidação das ciências naturais e o avanço do positivismo, a Psicologia buscou lugares institucionais e metodológicos próprios. A criação do primeiro laboratório por Wundt simboliza essa demanda por experimentação e controle, mas também coloca em relevo o problema de adaptar estratégias das ciências naturais a objetos como a experiência e a subjetividade (Wundt, 1999).

8289

As tensões entre objetividade e subjetividade configuram um dos grandes desafios epistemológicos da Psicologia. Como estudar empiricamente processos internos sem reduzir a complexidade do vivido? Questões desse tipo impulsionaram o surgimento de abordagens diversas — introspecção, funcionalismo, behaviorismo, psicanálise, entre outras — cada qual com implicações teórico-metodológicas distintas (Schultz & Schultz, 2019).

A emergência da psicanálise, por exemplo, desloca o centro da investigação para o inconsciente, os processos discursivos e a linguagem do desejo. Ao propor que grande parte da vida psíquica não é imediatamente acessível à consciência, a psicanálise amplia o escopo da Psicologia e complica o debate sobre método e evidência (Freud, 2019).

Por sua vez, correntes histórico-culturais e sociointeracionistas, como as inspiradas em Vygotsky (2007) e González Rey & Bizerril (2015), enfatizam a constituição social do sujeito. Nessa perspectiva, a subjetividade não é um dado intrínseco isolável do contexto, mas um efeito de mediações históricas, simbólicas e intersubjetivas, o que implica repensar tanto a hipótese do sujeito-objeto quanto as técnicas de pesquisa.

As abordagens cognitivistas, humanistas e sistêmicas também contribuem para a pluralidade da disciplina, oferecendo elementos complementares — processamentos mentais, autoatualização, redes de relações — que enriquecem o quadro explicativo. Tal pluralidade, longe de enfraquecer a Psicologia, sinaliza sua capacidade de diálogo com outras áreas do saber e sua aptidão para responder a fenômenos complexos (Schultz & Schultz, 2019).

Diante dessa multiplicidade teórica, torna-se urgente refletir sobre os critérios epistemológicos que orientam a escolha de métodos, a validação de hipóteses e a aplicação de intervenções. A historicidade do campo demanda uma postura crítica que reconcilie a exigência de rigor com o reconhecimento da singularidade dos fenômenos psicológicos. Além disso, a Psicologia contemporânea enfrenta desafios éticos e políticos que decorrem da sua própria história: a medicalização de problemas sociais, a normalização de condutas e as implicações de intervenções em contextos culturalmente diversos. Esses problemas exigem que as bases teóricas sejam constantemente revisadas e contextualizadas (González Rey, 2002).

Este artigo parte da hipótese de que compreender os fundamentos históricos e epistemológicos da Psicologia é condição necessária para que a disciplina avance de maneira reflexiva e responsável. A proposta não é fornecer uma história exaustiva, mas mapear e analisar elementos-chave que informam práticas teóricas e metodológicas atuais. Ao fazê-lo, busca-se mostrar como decisões epistemológicas do passado — sobre o que conta como evidência, sobre a forma de problematizar o sujeito, sobre a relação entre ciência e cultura — continuam a repercutir nas escolhas contemporâneas de pesquisa e intervenção. Essas relações são, em muitos casos, pouco explicitadas nos textos aplicados e clínicos, mas cruciais para uma formação crítica.

8290

A análise aqui proposta articula contribuição filosófica, posicionamentos metodológicos e disputas teóricas, na intenção de oferecer um quadro interpretativo capaz de subsidiar tanto a pesquisa acadêmica quanto a práxis profissional. Trata-se de um esforço teórico que visa a orientar reflexões e práticas mais consistentes com a complexidade do objeto psicológico.

Objetivo geral: analisar os fundamentos históricos e epistemológicos da Psicologia, ressaltando como as articulações entre filosofia, ciência moderna e teorias psicológicas contribuíram para a construção do campo e para a definição do conceito de subjetividade.

Objetivos específicos:

a) identificar e discutir as contribuições do pensamento filosófico ocidental (antigo, medieval e moderno) para as questões centrais da Psicologia;

- b) examinar a emergência da Psicologia científica no século XIX e as implicações metodológicas decorrentes;
- c) comparar diferentes concepções de subjetividade presentes em correntes como a psicanálise, a perspectiva histórico-cultural e as abordagens cognitivistas;
- d) refletir sobre as implicações epistemológicas dessas concepções para a pesquisa e a prática psicológica contemporânea.

Por fim, a introdução delineia o percurso do artigo: seguir-se-á uma exposição dos marcos filosóficos que influenciaram o pensamento psicológico, uma análise das transformações epistemológicas com a ciência moderna, uma apresentação das principais correntes que disputaram o objeto psicológico e, por último, uma reflexão crítica sobre os desdobramentos contemporâneos. Esta organização pretende garantir clareza analítica e permitir leituras temáticas que dialoguem com diferentes tradições acadêmicas.

2. Filosofia e as origens do pensamento psicológico

2.1. A herança da Filosofia Grega

A Filosofia Grega representa o primeiro grande marco na constituição do pensamento psicológico no Ocidente. Foi na Grécia Antiga que surgiram questões fundamentais sobre a natureza humana, a relação entre corpo e alma, os processos cognitivos e afetivos, e a busca pelo autoconhecimento. Embora ainda não existisse a Psicologia como ciência, muitos problemas que hoje compõem seu campo foram formulados nesse período, estabelecendo bases conceituais que influenciaram séculos posteriores. Assim, compreender o pensamento grego não é apenas revisitar um passado distante, mas identificar as raízes de debates que continuam presentes nas teorias psicológicas contemporâneas (Reale & Antiseri, 2005).

Heráclito, um dos pré-socráticos mais influentes, introduziu a noção de mudança contínua ao afirmar que tudo se encontra em fluxo. Seu pensamento destaca a instabilidade e a transformação como princípios constitutivos da realidade humana. Essa concepção antecipa discussões posteriores sobre desenvolvimento, subjetividade dinâmica e processos psíquicos em constante mutação. O reconhecimento da impermanência do ser humano contribui para o entendimento moderno de que personalidade, identidade e comportamento são construções não estáticas, sujeitas a transformação ao longo do tempo (Heráclito, 2011).

Com Sócrates, a investigação sobre o psiquismo ganha um caráter ético e dialógico. Sua máxima “conhece-te a ti mesmo” inaugura uma perspectiva introspectiva que, de certa forma, antecipa práticas reflexivas e clinicamente orientadas. O método socrático, baseado na

maiêutica e na busca pela verdade interior, introduz a ideia de que o conhecimento sobre si é condição para uma vida orientada pela razão. Essa centralidade do diálogo e da autointerpretação ressoa em abordagens psicológicas atuais, como a psicanálise e as terapias humanistas, que enfatizam a fala, o sentido e a consciência de si. (Platão, 2002).

Platão, por sua vez, aprofunda a discussão ao propor um modelo dualista que separa corpo e alma. Para o filósofo, a alma é o princípio racional que conduz o ser humano e possui funções distintas — racional, irascível e concupiscível. Essa divisão antecipa a ideia de conflitos internos e dinamismos psíquicos, que mais tarde serão reelaborados em teorias como a freudiana, com sua distinção entre id, ego e superego. Além disso, o dualismo platônico influenciou fortemente a separação entre mente e corpo, que estruturou parte da Psicologia moderna e permanece como tema de debate na epistemologia da área (Platão, 2013).

Aristóteles oferece uma contribuição de grande relevância ao conceber a alma como forma e princípio vital do corpo, articulando biologia, ética e racionalidade. Em sua obra *De Anima*, o filósofo descreve três tipos de alma — vegetativa, sensitiva e racional — associando cada uma a funções específicas. Seu esforço sistemático para compreender percepção, memória, imaginação, emoções e pensamento racional representa o que muitos estudiosos consideram o início de uma psicologia protociência. Aristóteles também sustenta que a razão se desenvolve a partir da experiência sensível, ideia que aparece posteriormente em correntes empiristas e cognitivas (Aristóteles, 2006).

8292

Outro elemento fundamental da Filosofia Grega é a reflexão sobre emoções e virtudes. Para os estóicos, por exemplo, as emoções eram compreendidas como julgamentos equivocados que perturbam a racionalidade. Essa perspectiva, embora controversa, influenciou concepções modernas de regulação emocional, autocontrole e terapia cognitiva. A ênfase na razão como guia da conduta humana mostra como a ideia de saúde mental já estava, de certo modo, vinculada ao equilíbrio entre paixões e racionalidade na Antiguidade (Sêneca, 2014).

Além dos grandes sistemas filosóficos, os gregos também contribuíram para o desenvolvimento do pensamento psicológico ao investigarem a percepção, o pensamento lógico e os processos cognitivos. Matemáticos e filósofos como Pitágoras e Euclides influenciaram noções posteriores sobre estrutura, forma e organização, aspectos que serão retomados pela psicologia da Gestalt séculos depois. Esses diálogos mostram como diferentes campos do conhecimento grego convergiram para uma compreensão mais ampla da mente humana (Reale & Antiseri, 2005).

O teatro grego, especialmente as tragédias, também desempenhou papel relevante ao explorar conflitos internos, paixões, culpa, destino e responsabilidade. Autores como Sófocles e Eurípides revelaram uma compreensão profunda da complexidade humana. Essa dimensão literário-estética evidencia que o pensamento psicológico na Grécia não se limitava à filosofia, mas atravessava expressões culturais diversas que enriqueceram a interpretação sobre o sujeito (Vernant & Vidal-Naquet, 1999).

Assim, a herança da Filosofia Grega não apenas lançou os fundamentos conceituais da Psicologia, mas influenciou decisivamente seu desenvolvimento epistemológico. Elementos como autoconhecimento, racionalidade, conflito interno, transformação e relação corpo–alma continuaram a ser reelaborados por correntes científicas posteriores. Reconhecer essa matriz originária significa compreender que a Psicologia nasce de uma tradição reflexiva que pensa o humano em sua totalidade, articulando ética, lógica, experiência e existência.

2.2. A Idade Média e a relação entre fé e razão

A Idade Média constitui um momento singular na história do pensamento ocidental, caracterizado pela predominância do cristianismo como matriz interpretativa da vida humana, da natureza e do conhecimento. Nesse período, questões que haviam sido formuladas pela filosofia grega foram reinterpretadas sob uma perspectiva teológica, colocando Deus no centro da compreensão do mundo e do próprio sujeito. Para a Psicologia, esse contexto representa uma etapa de transição em que conceitos filosóficos antigos são reconfigurados e novas noções sobre interioridade, vontade e subjetividade começam a tomar forma (Gilson, 2001).

Uma das figuras mais influentes desse período é Santo Agostinho, cuja obra articula profundamente elementos da tradição platônica com a doutrina cristã. Agostinho concebe a alma como núcleo do ser humano e lugar privilegiado do encontro com Deus. Essa ênfase na interioridade cria um terreno fértil para reflexões que serão retomadas pela Psicologia, como o autoconhecimento, a memória e a vontade. Sua noção de introspecção como caminho para a verdade antecipa, em certa medida, preocupações posteriores da fenomenologia e da psicanálise, que também situam a subjetividade em um espaço interno e reflexivo (Agostinho, 1999).

Outro aspecto relevante do pensamento agostiniano é a concepção da vontade como dimensão central da vida psíquica. Para Agostinho, o ser humano não é guiado apenas pela razão, mas por uma força interior que orienta decisões, desejos e ações. Essa valorização da vontade inaugura discussões sobre motivação, conflito interno e liberdade, temas que, posteriormente, serão centrais para a Psicologia moderna. A ideia de que o sujeito é dividido

entre o querer e o não querer ecoa em teorias que abordam ambivalências psíquicas, impulsos inconscientes e mecanismos de decisão (Agostinho, 1995).

No século XIII, Tomás de Aquino propõe uma síntese entre o pensamento aristotélico e a doutrina cristã, aprofundando a relação entre fé e razão. Para Tomás, a razão humana é capaz de conhecer o mundo natural e formular explicações coerentes sobre ele, mas a fé ocupa o lugar de verdade última e revelada. Essa articulação entre racionalidade e teologia cria uma estrutura de pensamento que influenciará profundamente a epistemologia ocidental. A tentativa de integrar conhecimento racional e revelação divina reflete uma preocupação com os limites do saber humano — preocupação que permanece na Psicologia quando se discute o alcance da ciência diante da complexidade da subjetividade (Aquino, 2002).

Tomás de Aquino também contribui com reflexões sobre as faculdades da alma, como intelecto, sensação, imaginação e memória, retomando categorias aristotélicas. Seu esforço sistemático para compreender o funcionamento psíquico evidencia uma preocupação com a organização interna do sujeito e antecipa, de maneira embrionária, discussões que serão desenvolvidas posteriormente por teorias cognitivas e neuropsicológicas. Ainda que suas explicações estejam submetidas à teologia, a estrutura lógica de seu pensamento impulsiona reflexões sobre a natureza dos processos mentais (Aquino, 2011).

8294

A relação entre fé e razão, tão marcante no pensamento medieval, produziu tensões que se estenderam por séculos. Por um lado, a fé fornecia respostas transcendentais e totais sobre o sentido da vida e do mundo; por outro, a razão buscava sistematizar e explicar fenômenos naturais e humanos de maneira mais autônoma. Essa tensão, longe de ser um obstáculo, contribuiu para o desenvolvimento de modos diversos de compreender o sujeito. Na Psicologia, reverbera na dualidade entre modelos espiritualistas e naturalistas que disputaram a constituição do campo científico (Gilson, 2001).

O monasticismo medieval também desempenhou papel importante na formação de práticas introspectivas e observacionais. Nos mosteiros, desenvolviam-se exercícios de autoexame, confissão, controle das emoções e análise de pensamentos considerados inadequados. Essas práticas, embora religiosas, sistematizavam formas de observar e registrar experiências internas, o que constitui um antecedente indireto de métodos posteriores de investigação psicológica. Assim, a Idade Média não deve ser vista apenas como um período de obscurantismo, mas como um espaço em que elementos relevantes para a construção da subjetividade foram aprofundados (Le Goff, 2017).

A literatura medieval e suas narrativas sobre virtude, tentação, culpa, pecado e redenção também contribuíram para a formação de categorias psíquicas que continuam presentes na cultura ocidental. O modo como esse período estruturou a experiência moral influenciou diretamente concepções posteriores sobre emoção, motivação e responsabilidade. Muitas tradições clínicas ainda lidam com efeitos da moralidade cristã na constituição do sujeito, o que demonstra a permanência das formas medievais de organizar a vida psíquica (Le Goff, 1995).

Por fim, a Idade Média representa um momento de continuidade e, ao mesmo tempo, de reformulação profunda das questões inauguradas pela filosofia grega. A integração entre fé e razão não apenas preservou elementos antigos, mas criou novas possibilidades de interpretar o humano, influenciando as abordagens que surgiriam nos períodos seguintes. A subjetividade medieval, marcada por interioridade, vontade e moralidade, constitui um elo fundamental na genealogia da Psicologia e ajuda a compreender as bases culturais e epistemológicas que moldaram sua formação científica (Gilson, 2001).

3. Modernidade e o surgimento do paradigma científico

3.1. O racionalismo e o método

3.2. Positivismo e cientificidade

8295

A modernidade representa uma ruptura decisiva na história do pensamento ocidental, marcando o deslocamento do eixo explicativo do teocentrismo para uma visão antropocêntrica e racionalista do mundo. Com o Renascimento e, especialmente, com o Iluminismo, estabeleceu-se uma nova confiança na capacidade humana de compreender a realidade por meio da razão, da observação e da experimentação. Essa transformação epistemológica forneceu as bases que permitirão a emergência da Psicologia como ciência autônoma no século XIX (Cassirer, 1992).

Francis Bacon foi uma das figuras centrais desse processo, ao propor o método indutivo como fundamento do conhecimento científico. Para Bacon, o saber deveria se libertar das tradições dogmáticas e fundamentar-se na experiência sistemática. Sua crítica aos "ídolos" da mente humana — preconceitos, crenças infundadas e ilusões perceptivas — antecipa preocupações posteriores da Psicologia cognitiva, que também busca compreender como erros de julgamento e vieses cognitivos influenciam a percepção e o raciocínio. Ao enfatizar a experimentação e a observação, Bacon contribuiu para a instauração de uma visão empírica da ciência que influenciaria explicitamente a Psicologia experimental (Bacon, 1999).

René Descartes, por sua vez, consolidou o racionalismo moderno ao estabelecer a dúvida metódica como caminho para o conhecimento seguro. Seu famoso enunciado *cogito ergo sum* colocou a razão e a consciência como fundamentos indiscutíveis da existência humana. A separação cartesiana entre mente e corpo, conhecida como dualismo, tornou-se uma das categorias centrais da modernidade, influenciando profundamente o desenvolvimento da Psicologia. Se, por um lado, essa cisão permitiu tratar processos mentais como objeto de investigação separado da fisiologia, por outro, instalou um problema epistemológico persistente: como conciliar a dimensão mental e a corporal em uma explicação unificada do comportamento humano? (Descartes, 2010).

A partir das contribuições de Bacon, Descartes e outros pensadores modernos, consolidou-se um ideal de ciência orientado pela busca da objetividade, da neutralidade do observador e da quantificação dos fenômenos. Tais princípios moldaram o desenvolvimento das ciências naturais e estabeleceram os padrões de rigor que a psicologia, mais tarde, procuraria adotar. A modernidade, assim, inaugurou a valorização do método como garantia de legitimidade do conhecimento, o que abriria caminho para o surgimento de laboratórios, instrumentos de medição e técnicas de experimentação aplicadas ao estudo da mente (Koyré, 2001).

8296

Entretanto, a modernidade não se definiu apenas pelo racionalismo. O empirismo inglês, representado por autores como Locke, Berkeley e Hume, enfatizou a experiência sensorial como fonte primordial do conhecimento. A defesa de que a mente é uma "tábula rasa" será fundamental para o desenvolvimento de teorias associacionistas que influenciaram diretamente o behaviorismo no século XX. Assim, a modernidade é marcada por um diálogo entre racionalismo e empirismo que contribuiu para a construção de diferentes abordagens dentro da Psicologia científica (Locke, 1999).

O século XIX marca o auge dessas transformações com a ascensão do positivismo, especialmente a partir de Auguste Comte. O positivismo defendia que somente o conhecimento baseado em fatos observáveis e leis gerais poderia ser considerado científico. Nesse contexto, os fenômenos subjetivos, como emoções, desejos e intenções, passaram a ser vistos com desconfiança, já que não poderiam ser diretamente observados ou mensurados. Essa postura influenciou fortemente as primeiras tentativas de institucionalização da Psicologia, que buscaram adaptar procedimentos das ciências naturais para garantir sua aceitação acadêmica (Comte, 1973).

A emergência do ideal positivista de cientificidade levou à valorização de práticas como mensuração, experimentação e estatística dentro da Psicologia. A fundação do laboratório de Wilhelm Wundt, em 1879, representa a concretização desse esforço em transformar a mente humana em objeto de análise empírica. Ainda que Wundt utilizasse a introspecção controlada como método, sua pretensão era estabelecer uma Psicologia experimental próxima do modelo das ciências naturais. Assim, o positivismo não apenas influenciou a epistemologia da Psicologia, mas também sua institucionalização, métodos e linguagem científica (Schultz & Schultz, 2019).

Esse cenário também estimulou o surgimento de correntes críticas, como as de William James, que se opôs às restrições excessivas do positivismo e propôs uma Psicologia funcional, preocupada com os usos práticos da consciência e com a adaptação do organismo ao ambiente. O tensionamento entre uma visão estritamente positivista e abordagens mais compreensivas reflete uma disputa que atravessa toda a história da Psicologia: a definição do que conta como conhecimento válido e de como estudar fenômenos tão complexos quanto a subjetividade humana (Schultz & Schultz, 2019).

A modernidade, portanto, não apenas forneceu o ambiente intelectual para o surgimento da Psicologia como ciência, mas determinou os contornos de sua epistemologia. A ênfase no método, na objetividade e na observação empírica, combinada com discussões filosóficas sobre razão, consciência e experiência, moldou o campo de tal forma que ainda hoje suas influências são visíveis nos debates contemporâneos sobre pesquisa quantitativa, evidências empíricas, cientificidade e limites da mensuração em Psicologia (Abbagnano, 2001).

8297

4. A Psicologia como ciência

4.1. Wundt e a psicologia experimental

4.2. James e o funcionalismo

A consolidação da Psicologia como ciência independente ocorre no final do século XIX, quando os princípios da modernidade — empirismo, racionalismo, mensuração e método — convergem para a necessidade de estabelecer um campo específico dedicado ao estudo sistemático dos processos mentais. Embora diversas reflexões sobre o psiquismo tenham sido produzidas desde a Antiguidade, é somente nesse período que a Psicologia ganha espaço institucional, metodológico e epistemológico próprio, articulando-se de modo explícito com o paradigma científico dominante na época (Schultz & Schultz, 2019).

Wilhelm Wundt é amplamente reconhecido como o fundador da Psicologia científica. Em 1879, na Universidade de Leipzig, funda o primeiro laboratório de Psicologia Experimental, marco que simboliza a transição definitiva da Psicologia para o campo das ciências empíricas. Wundt buscava compreender os processos mentais imediatos a partir de métodos controlados, experimentação e introspecção sistematizada. Sua proposta era analisar elementos básicos da consciência — como sensação, percepção e tempo de reação — por meio de experimentos replicáveis, aproximando a Psicologia das ciências naturais (Boring, 1950).

A introspecção wundtiana, embora muitas vezes criticada posteriormente, não correspondia à introspecção espontânea do senso comum. Tratava-se de um procedimento rigoroso, com participantes treinados para relatar estados mentais imediatos sem recorrer a interpretações subjetivas ou raciocínios reflexivos. Essa metodologia visava garantir precisão descritiva e controle experimental, permitindo que os processos mentais fossem analisados de forma sistemática e repetível. Mesmo que a introspecção tenha perdido prestígio no século XX, sua formalização representou um esforço pioneiro de objetivar aspectos da vida consciente (Titchener, 1909).

Para Wundt, a Psicologia deveria ser dividida em dois grandes domínios: a psicologia experimental e a psicologia dos povos (*Völkerpsychologie*). Enquanto a primeira se dedicava aos processos mentais simples, passíveis de estudo em laboratório, a segunda abordava fenômenos complexos como linguagem, cultura e sociedade, que não poderiam ser reduzidos à experimentação individual. Essa distinção evidencia que, já nos primórdios da Psicologia científica, existia uma tensão entre explicações naturalistas e socioculturais, tensionamento que permanece até hoje nas discussões epistemológicas da área (Wundt, 1900).

Ao mesmo tempo em que a Psicologia experimental se desenvolvia na Europa, outra perspectiva emergia nos Estados Unidos com William James, considerado o principal representante do funcionalismo. Diferentemente de Wundt, James criticava a fragmentação da consciência em elementos básicos e enfatizava seu caráter contínuo, fluido e adaptativo. Para ele, a mente deveria ser compreendida a partir de sua função, ou seja, da maneira pela qual auxilia o organismo a lidar com demandas do ambiente. Essa visão pragmática refletia valores centrais da cultura americana e oferecia uma alternativa teórica mais flexível para o estudo dos processos mentais. A obra *Principles of Psychology* (1890), de James, inaugura uma nova forma de pensar a vida mental, valorizando a experiência imediata, a subjetividade e a utilidade prática da consciência. Uma de suas contribuições mais influentes é a ideia de “fluxo da consciência”, que descreve o pensamento como uma corrente contínua, impossível de ser fragmentada sem

perda de sentido. Essa compreensão rompe com a perspectiva estruturalista e aproxima o funcionalismo de abordagens fenomenológicas e humanistas que valorizariam a experiência vivida no século XX (James, 1890)..

Outra característica fundamental do funcionalismo é sua aproximação com a biologia e com as teorias evolucionistas. Inspirado por Darwin, James argumentava que os processos mentais devem ser entendidos como mecanismos adaptativos, selecionados ao longo da evolução por sua utilidade para a sobrevivência. Essa perspectiva influenciou o surgimento de áreas como a Psicologia educacional, a Psicologia diferencial e, posteriormente, correntes comportamentais que investigam a função do comportamento no ambiente (Darwin, 1871).

O funcionalismo também teve forte impacto no desenvolvimento metodológico da Psicologia, ampliando o escopo de investigação para incluir observação naturalística, estudos comparativos, testes de inteligência e análise de comportamentos complexos. Essa abertura metodológica contrastava com o rigor experimental do laboratório wundtiano, permitindo à Psicologia explorar fenômenos não facilmente mensuráveis ou controláveis. Dessa forma, o funcionalismo contribuiu para diversificar os métodos psicológicos e consolidar a disciplina como um campo multidimensional (Schultz & Schultz, 2019).

Em síntese, Wundt e James representam dois pilares fundamentais da constituição da Psicologia científica. Enquanto o primeiro estabelece bases experimentais e busca compreender a estrutura da consciência por meio de processos elementares, o segundo amplia o foco para as funções psicológicas e sua utilidade adaptativa, ressaltando o caráter dinâmico da mente. A coexistência dessas duas perspectivas inaugurou uma pluralidade teórico-metodológica que acompanha a Psicologia até a atualidade, reforçando seu caráter híbrido e interdisciplinar.

5. Subjetividade e construção teórica da Psicologia

5.1. Psicanálise

5.2. Perspectiva histórico-cultural

5.3. Correntes contemporâneas

A subjetividade constitui um dos conceitos centrais e mais complexos da Psicologia, sendo objeto de diferentes interpretações ao longo da história da disciplina. Enquanto algumas correntes buscaram explicá-la por meio de mecanismos internos, outras a compreenderam a partir das relações sociais, da linguagem ou dos processos cognitivos. Essa multiplicidade teórica reflete a própria natureza do fenômeno subjetivo, que envolve dimensões conscientes e

inconscientes, individuais e coletivas, biológicas e simbólicas. Assim, o estudo da subjetividade torna-se um eixo articulador que permite compreender as especificidades da Psicologia em comparação com outras ciências humanas e naturais (González Rey, 2005).

A psicanálise, fundada por Sigmund Freud, representa uma ruptura significativa na compreensão da subjetividade, ao introduzir a noção de inconsciente como instância fundamental da vida psíquica. Para Freud, os desejos reprimidos, conflitos internos e experiências infantis não elaboradas estruturam comportamentos, sintomas e modos de existir. A subjetividade, portanto, não é transparente a si mesma, mas constituída por processos ocultos que se manifestam de maneira indireta, por meio de lapsos, sonhos, atos falhos e sintomas. Essa abordagem inaugura um novo modelo de sujeito: dividido, conflituoso e permeado por forças pulsionais que escapam ao controle racional (Freud, 1900).

Além da descoberta do inconsciente, a psicanálise influenciou profundamente a compreensão das emoções, da sexualidade, da memória e da constituição da identidade. A teoria freudiana propõe que a subjetividade se organiza em torno de dinâmicas relacionais, especialmente aquelas vividas na infância, e que as relações com figuras parentais moldam padrões de afeto e comportamento. Esse caráter estruturalista da psicanálise amplia a noção de sujeito para além do indivíduo isolado, inserindo-o em uma rede simbólica que envolve cultura, linguagem e história. Mesmo com as reformulações posteriores — como na obra de Lacan, Winnicott e outros — o conceito de subjetividade inconsciente permanece como uma das maiores contribuições teóricas do campo (Freud, 1905).

8300

Em contraste com a ênfase intrapsíquica da psicanálise, a perspectiva histórico-cultural, fundamentada em autores como Vygotsky (2007) e posteriormente aprofundada por González Rey & Bizerril (2015), situa a subjetividade como fenômeno socialmente constituído. Nessa visão, o sujeito não é uma unidade isolada, mas resultado das mediações simbólicas e das práticas sociais que organiza e internaliza. A linguagem desempenha papel central nesse processo, pois é por meio dela que o indivíduo se apropria das formas culturais de pensamento, transforma suas experiências e constrói sentidos pessoais. Assim, a subjetividade é compreendida como produção histórica que emerge na interação entre indivíduo e sociedade (Vygotsky, 2007).

A abordagem histórico-cultural enfatiza também o caráter ativo do sujeito. Longe de ser um receptor passivo da realidade, o indivíduo constrói sentidos, interpreta situações e elabora significados a partir de suas vivências concretas. Isso implica romper com a ideia de subjetividade como entidade estática para concebê-la como processo dinâmico, marcado por

contradições, conflitos e possibilidades de transformação. Essa perspectiva oferece importantes contribuições para campos como a educação, o desenvolvimento humano e a Psicologia social, ao destacar a inseparabilidade entre sujeito, cultura e atividade (Leontiev, 2004).

As correntes contemporâneas da Psicologia, por sua vez, ampliam ainda mais o debate sobre a subjetividade ao incorporar elementos da biologia, da cognição, da fenomenologia e das abordagens sistêmicas. O cognitivismo, por exemplo, compreende o sujeito como processador de informações, enfatizando mecanismos de atenção, memória, pensamento e resolução de problemas. Nesse paradigma, a subjetividade está ligada aos processos mentais conscientes e às estruturas cognitivas que organizam a experiência. A neurociência cognitiva complementa esse quadro ao investigar correlações entre atividade cerebral e fenômenos psicológicos, oferecendo explicações que articulam biologia e comportamento (Neisser, 1967).

As abordagens humanistas e fenomenológicas, representadas por pensadores como Carl Rogers e Rollo May, introduzem outra perspectiva ao enfatizar a experiência subjetiva, a liberdade, a autoconsciência e a busca de sentido. Para essas correntes, compreender a subjetividade exige considerar a vivência concreta do sujeito e suas possibilidades de autorrealização. O foco recai sobre a singularidade da experiência, a autenticidade nas relações e o desenvolvimento de uma existência significativa. Essa visão influenciou práticas clínicas centradas no diálogo, na empatia e na construção compartilhada de sentidos (Rogers, 1961).

8301

Por fim, as abordagens sistêmicas e construtivistas compreendem a subjetividade como resultado das interações entre múltiplos contextos — familiares, sociais, culturais, institucionais — e dos significados construídos nesses espaços. A subjetividade não é vista apenas como propriedade interna, mas como fenômeno relacional que emerge em redes de interdependência. Essa concepção amplia o foco analítico da Psicologia e reforça a importância de considerar o sujeito em sua totalidade e complexidade, integrando fatores individuais e coletivos (Minuchin, 1974).

Em síntese, a subjetividade constitui um campo plural que reúne diferentes tradições teóricas, cada qual com suas contribuições e limitações. A psicanálise destaca a profundidade do inconsciente e a centralidade dos conflitos internos; a perspectiva histórico-cultural enfatiza as mediações sociais e a construção ativa de sentidos; e as correntes contemporâneas ampliam o debate incorporando dimensões cognitivas, fenomenológicas e sistêmicas. Essa diversidade demonstra que a subjetividade não pode ser reduzida a um único modelo explicativo, evidenciando a riqueza e a complexidade da Psicologia enquanto ciência (Schultz & Schultz, 2019).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos fundamentos históricos e epistemológicos da Psicologia revela que essa ciência não surgiu de forma abrupta, mas como resultado de um longo processo de construção teórica, filosófica e metodológica. Desde a Antiguidade grega, passando pelo período medieval e pela modernidade, até sua consolidação como campo científico no século XIX, observa-se um esforço contínuo para compreender o ser humano em suas dimensões cognitivas, afetivas, comportamentais e sociais. Cada período histórico legou contribuições decisivas que moldaram a forma como a Psicologia se constitui e se compreende na contemporaneidade.

A Filosofia grega forneceu as primeiras perguntas estruturantes: o que é a alma? como se conhece a si mesmo? qual o papel da razão? Questões como mudança, virtude, diálogo e interioridade marcaram a base conceitual sobre a qual vários sistemas psicológicos se desenvolveram. A Idade Média, por sua vez, reinterpretou essas reflexões sob a ótica da espiritualidade cristã, enfatizando a interioridade, a vontade e a relação entre fé e razão. Esses elementos, embora teológicos, introduziram noções psicológicas importantes, como o exame de consciência, os conflitos internos e a formação moral.

Com a modernidade, o surgimento do método científico transformou radicalmente a forma de produzir conhecimento. Bacon, Descartes, Locke e outros pensadores forneceram o aparato epistemológico que possibilitou o desenvolvimento de uma ciência sistemática da mente. O racionalismo, o empirismo e, posteriormente, o positivismo criaram um paradigma de objetividade e mensuração que influenciou profundamente a Psicologia. Esse cenário culminou na institucionalização do campo com a criação do laboratório de Wundt, inaugurando a Psicologia experimental e um modelo metodológico fortemente ancorado nas ciências naturais.

A partir desse marco, diferentes correntes teóricas disputaram a compreensão do psiquismo. Enquanto Wundt buscava decompor a consciência em elementos básicos, William James defendia uma visão funcional e contínua da mente, inaugurando uma tradição pragmática e adaptativa. Essa pluralidade inaugurada na virada do século XIX permanece como característica estrutural da Psicologia, conferindo ao campo uma multiplicidade de abordagens e metodologias que, embora distintas, enriquecem a compreensão do ser humano.

A discussão sobre subjetividade evidencia ainda mais essa diversidade. A psicanálise, ao introduzir o inconsciente, revolucionou a ideia de sujeito e mostrou que a vida psíquica é marcada por conflitos, desejos ocultos e processos simbólicos. A perspectiva histórico-cultural

ênfatiou o papel das relações sociais, da linguagem e da história na constituição da subjetividade, deslocando o foco do interior do indivíduo para as mediações que o constituem. As correntes contemporâneas — cognitivas, fenomenológicas, humanistas e sistêmicas — ampliaram esse debate ao propor explicações complementares sobre experiência, pensamento, emoção e comportamento.

Essas diferentes abordagens demonstram que a subjetividade não pode ser captada por um único modelo explicativo. Ela é multifacetada, processual e atravessada por dimensões biológicas, sociais, culturais e simbólicas. Assim, compreender a Psicologia contemporânea exige reconhecer a coexistência e o diálogo entre tradições teóricas diversas, cada uma iluminando aspectos distintos do fenômeno humano. A complexidade da subjetividade impõe ao campo uma postura epistemológica crítica, que integre rigor científico e abertura à singularidade da experiência.

Outro ponto fundamental decorrente dessa análise é a necessidade de repensar continuamente o estatuto científico da Psicologia. A disciplina, desde sua origem, enfrenta tensões entre objetividade e subjetividade, entre quantificação e interpretação, entre explicações naturalistas e compreensivas. Longe de representar fragilidade, essa tensão constitui a riqueza da Psicologia, que se move entre diferentes epistemes sem se reduzir a nenhuma delas. O desafio contemporâneo consiste em articular essas dimensões de forma ética e metodologicamente consistente, sem abrir mão da complexidade do objeto que estuda.

8303

Por fim, revisitar os fundamentos históricos e epistemológicos da Psicologia permite não apenas compreender o percurso que moldou o campo, mas também orientar reflexões sobre seus rumos futuros. Em um mundo marcado por transformações tecnológicas, novos modos de subjetivação e desafios sociais emergentes, torna-se essencial manter um olhar crítico sobre as bases que sustentam a ciência psicológica. O compromisso com a pluralidade teórica, com a rigorosidade metodológica e com o reconhecimento da singularidade humana deve continuar a guiar as práticas e pesquisas, garantindo que a Psicologia permaneça um campo capaz de interpretar, acolher e transformar a experiência humana.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. História da Filosofia, volume 12. 4. ed. Lisboa, PT: Editorial Presença, 2001. 134 p. ISBN 978-972-23-2705-4.

AGOSTINHO. Confissões. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Paulus, 1999.

AGOSTINHO. De libero arbitrio (O Livre-Arbitrio). Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

AQUINO, Tomás de. Verdade e conhecimento. In: Questões disputadas sobre a Verdade. Trad., estudos introdutórios e notas de Luiz Jean Lauand, e Mario Bruno Sproviero. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

AQUINO, Tomás de. Suma Teológica. Tradução de Alexandre Correia. São Paulo: Loyola, 2002.

ARISTÓTELES. De Anima (Sobre a Alma). Tradução de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2006.

BACON, Francis. Novum Organum. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BORING, Edward G. *A History of Experimental Psychology*. 2. ed. New York: Appleton-Century-Crofts, 1950.

CASSIRER, Ernst. A Filosofia do Iluminismo. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

DARWIN, Charles. *The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex*. London: John Murray, 1871

FREUD, Sigmund. A Interpretação dos Sonhos. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, Sigmund. *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*. Obras completas. 1905.

GILSON, Étienne. A Filosofia na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GONZÁLEZ REY, Fernando & BIZERRIL, José. Saúde Cultura e Subjetividade: Uma referência interdisciplinar. Brasília: UNICEUB, 2015.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Epistemologia Qualitativa e Subjetividade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

HERÁCLITO. Fragmentos. Tradução e comentário de Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes, 2011.

JAMES, William. *The Principles of Psychology*. New York: Henry Holt, 1890. Disponível em: <<http://www.public-library.uk/ebooks/50/61.pdf>>. Acesso em 19/11/2025.

KOYRÉ, Alexandre. *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

LE GOFF, Jacques. A Civilização do Ocidente Medieval. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

LE GOFF, Jacques. O Nascimento do Purgatório. Petrópolis: Vozes, 2017.

LEONTIEV, Alexei N. *O Desenvolvimento do Psiquismo*. São Paulo: Centauro, 2004.

LOCKE, John. Ensaio sobre o Entendimento Humano. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999. Disponível em: <<https://cesarmangolin.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/08/locke-ensaio-acerca-do-entendimento-humano.pdf>>. Acesso em 19/11/2025.

MINUCHIN, Salvador. *Families and Family Therapy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1974.

NEISSER, Ulric. *Cognitive Psychology*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1967. Disponível em: https://antilogicalism.com/wpcontent/uploads/2017/07/cognitive_psychology_classic_edition.pdf>. Acesso em 19/11/2025.

PLATÃO. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2002.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna*. São Paulo: Paulus, 2005.

ROGERS, Carl R. *On Becoming a Person: A Therapist's View of Psychotherapy*. Boston: Houghton Mifflin, 1961.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. *História da psicologia moderna*. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 8305

SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. Tradução de J. A. Segurado e Campos. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

TITCHENER, Edward Bradford. *Lectures on Experimental Psychology*. New York: Macmillan, 1909.

WUNDT, Wilhelm. *Princípios de Psicologia Fisiológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

WUNDT, Wilhelm. *Völkerpsychologie: Eine Untersuchung der Entwicklungsgesetze von Sprache, Mythos und Sitte*. Leipzig: Wilhelm Engelmann, 1900–1920. (10 volumes).

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

VYGOTSKY, Lev S. *A Formação Social da Mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.